

Eólica Chuí IX S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Eólica Chuí IX S.A.
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Chuí IX S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Chuí IX S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que

ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes

transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 03 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Eólica Chuí IX S.A.

CNPJ: 19.661.005/0001-93

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016*(Em milhares de Reais)*

<i>Ativo</i>	<i>Nota</i>	<i>31.12.2017</i>	<i>31.12.2016</i>	<i>Passivo</i>	<i>Nota</i>	<i>31.12.2017</i>	<i>31.12.2016</i>
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	1.972	917	Fornecedores	14	198	2.848
Contas a receber	6	1.134	1.017	Tributos a recolher	15	220	112
Tributos a recuperar	7	427	229	Empréstimos e financiamentos	16	5.529	5.210
Despesas pagas antecipadamente	8	59	41	Credores diversos	17	5.765	5.141
Outros créditos	9	<u>119</u>	<u>220</u>	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	18	<u>656</u>	<u>240</u>
Total do ativo circulante		<u>3.711</u>	<u>2.424</u>	Total do passivo circulante		<u>12.368</u>	<u>13.551</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos vinculados	10	2.129	1.869	Empréstimos e financiamentos	16	37.216	39.985
Tributos diferidos	11	11.495	15.103	Adiantamento para futuro aumento de capital	19	2.723	2.105
Imobilizado	12	58.316	52.375	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	18	<u>1.074</u>	<u>717</u>
Intangível	13	<u>3.784</u>	<u>3.905</u>	Total do passivo não circulante		<u>41.013</u>	<u>42.807</u>
Total do ativo não circulante		<u>75.724</u>	<u>73.252</u>	Patrimônio líquido	20		
Total do ativo		<u><u>79.435</u></u>	<u><u>75.676</u></u>	Capital social		49.902	49.902
				Prejuízos acumulados		<u>(23.848)</u>	<u>(30.584)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>26.054</u>	<u>19.318</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>79.435</u></u>	<u><u>75.676</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Chuí IX S.A.

CNPJ: 19.661.005/0001-93

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Receita operacional líquida	21	<u>11.474</u>	<u>7.222</u>
Custos de operação	22	<u>(7.420)</u>	<u>(6.261)</u>
Lucro bruto		<u>4.054</u>	<u>961</u>
Material		(7)	(11)
Serviço de terceiros	23	(340)	(210)
Depreciação		(4)	(3)
Reversão (provisão) de Impairment	12	9.868	(14.397)
Gerais e administrativas		(230)	(90)
Honorários dos administradores		<u>(129)</u>	<u>(151)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>13.212</u>	<u>(13.901)</u>
Receitas financeiras	24	3.897	252
Despesas financeiras	24	<u>(6.765)</u>	<u>(7.896)</u>
		<u>(2.868)</u>	<u>(7.644)</u>
Resultado antes dos tributos		<u>10.344</u>	<u>(21.545)</u>
Impostos correntes/diferidos			
Imposto de renda		(2.653)	4.911
Contribuição social		<u>(955)</u>	<u>1.768</u>
Resultado do exercício		<u><u>6.736</u></u>	<u><u>(14.866)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Chuí IX S.A.

CNPJ: 19.661.005/0001-93

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

	31.12.2017	31.12.2016
Resultado do exercício	6.736	(14.866)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>6.736</u>	<u>(14.866)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Chuí IX S.A.

CNPJ: 19.661.005/0001-93

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

	Nota	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>10</u>	<u>(15.718)</u>	<u>(15.708)</u>
Integralização de capital social 14 de janeiro de 2016	20	49.892	-	49.892
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>(14.866)</u>	<u>(14.866)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>49.902</u>	<u>(30.584)</u>	<u>19.318</u>
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>6.736</u>	<u>6.736</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>49.902</u>	<u>(23.848)</u>	<u>26.054</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Chuí IX S.A.

CNPJ: 19.661.005/0001-93

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto*Em milhares de Reais*

	31.12.2017	31.12.2016
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	<u>10.344</u>	<u>(21.545)</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	4.283	3.996
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	872	-
Variação monetária	-	1.204
Reversão (provisão) de Impairment	(9.868)	14.397
Encargos Fornecedor Investimento	-	(94)
Encargos financeiros	<u>4.924</u>	<u>4.278</u>
Lucro ajustado	<u>10.555</u>	<u>2.236</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Impostos a recuperar	(198)	(164)
Outros créditos	101	578
Despesas pagas antecipadamente	(18)	-
Cauções e depósitos vinculados	-	(1.869)
Contas a receber	<u>(117)</u>	<u>3.780</u>
	<u>(232)</u>	<u>2.325</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Contas a pagar a fornecedores	(2.650)	4.279
Tributos a recolher	108	(195)
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	(100)	-
Outros passivos	<u>(60)</u>	<u>(1.185)</u>
	<u>(2.702)</u>	<u>2.899</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>7.621</u>	<u>7.460</u>
Pagamento de juros debêntures	-	(884)
Pagamento de encargos financeiros	<u>(3.703)</u>	<u>(2.425)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>3.918</u>	<u>4.151</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		
Depósitos vinculados	(260)	-
Pagamento Fornecedores Investimento	-	(5.419)
Adições ao ativo imobilizado	<u>(235)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	<u>(495)</u>	<u>(5.419)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	45.319
Adiantamento para futuro aumento de capital	618	6.921
Pagamento de Empréstimos e financiamentos - Principal	(2.986)	(14.056)
Pagamento Debêntures - Principal	<u>-</u>	<u>(36.000)</u>
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(2.368)</u>	<u>2.184</u>
Aumento no caixa e equivalentes	1.055	916
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>917</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.972</u>	<u>917</u>

As transações que não envolveram o caixa estão demonstrados na nota explicativa nº 27.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Eólica Chuí IX S.A., Geradora de Energia Elétrica é uma sociedade anônima fechada e que tem por objeto social o desenvolvimento, a implantação, a exploração, a operação e a manutenção de empreendimento de produção, transmissão, transformação e geração de energia elétrica proveniente de fonte Eólica, do Parque Eólico denominado Chuí 09, no município de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul; a comercialização de energia elétrica gerada em seus empreendimentos; e a realização de estudos, projetos, comissionamentos, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em agosto de 2015, sendo que o Parque Eólico Chuí 09 possui 17,9 MW¹ de potência instalada.

Os recursos necessários para a construção dos parques eólicos da Chuí IX foram obtidos através de uma estrutura de "Project Finance", envolvendo aporte de capital e captação nos mercados financeiros.

Continuidade operacional

Atualmente as atividades da Companhia estão passando por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração vem tomando medidas que visam equacionar os resultados, otimizar custos e despesas para alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações. O reflexo das medidas tomadas pela Administração podem ser constatados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta lucro no exercício de R\$ 6.736 (prejuízo de R\$14.866 em 31 de dezembro de 2016), prejuízos acumulados de R\$ 23.848 (R\$30.584 em 31 de dezembro de 2016) e capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 8.657 (R\$ 11.127 em 31 de dezembro de 2016).

Os prejuízos acumulados e o capital circulante negativo, são oriundos da incidência de custos relacionados à baixa geração de energia em períodos anteriores com ventos no local abaixo do previsto. Contribui ainda para o capital circulante negativo, o registro no passivo circulante dos valores a liquidar decorrentes da construção do parque eólico que não serão recorrentes e dos empréstimos e financiamentos que refletem 12 meses do serviço da dívida.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. Para amenizar a insuficiência de capital de giro, equacionar os resultados e recuperar a lucratividade das operações a Administração tomou as seguintes medidas:

(1) As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram revisadas pelos auditores independentes.

- Foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 01 de fevereiro de 2017 aportes de capital por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$8.350 para o exercício de 2017. Os recursos foram parcialmente repassados pelas acionistas de acordo com a necessidade de caixa da Companhia e das negociações com os credores. Para os valores não realizados no ano de 2017, espera-se que sejam realizados no decorrer do ano de 2018.
- A dívida com a Renobrax permanece em trâmite judicial. Paralelamente, estão sendo realizadas tratativas negociais visando equalizar os valores devidos a fim de renegociar a dívida registrada na rubrica “Credores Diversos”, para mais detalhes vide nota explicativa nº 17;
- Com relação à situação dos fornecedores GE Water e Process Technologies do Brasil LTDA e Iccila - Ind., Com. e Construções, em 2017, a Companhia concluiu as negociações e assinou os Termos de Encerramento, Quitação e Outras Avenças, liquidando os saldos devedores desses fornecedores durante o exercício de 2017.
- Em 24 de março e 05 de maio de 2017 a Companhia enviou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a “Declaração de Oferta de Redução de Montantes de Energia Elétrica” referente ao Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, nas modalidades A“0” e A“4+”, respectivamente, na qual descontratou, a partir de abril de 2017 até o final dos contratos, o total da energia vendida pelos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs. A confirmação dos montantes descontratados pela Companhia foi por meio de comunicados públicos da CCEE, CO 279/17 de 24/05/2017 (A0) e CO 287/17 29/05/2017 (A4+).

O objetivo da Companhia ao participar dos mecanismos é a possibilidade de reduzir o risco da geração devido à sazonalidade dos ventos, bem como o alinhamento do volume contratado com a Garantia Física dos parques eólicos e dos preços praticados pelo mercado. Com a estratégia acima, projeta-se uma melhora significativa dos índices referenciais do projeto. Vale atentar que a alteração dos contratos do mercado regulado para o mercado livre, afetou alguns critérios e premissas da análise de crédito do financiamento, conforme descrito na nota explicativa nº 16.

Conforme o acompanhamento da geração em 2016/2017, observa-se uma tendência de melhora gradual na condição dos ventos nos próximos anos, em direção ao atingimento da garantia física (GF) dos parques de acordo com os estudos realizados na etapa de projeto. Para o ano de 2018 a perspectiva de geração é chegar a pelo menos 95% da GF.

2 Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia, autorizou a Companhia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme demonstrado abaixo:

Portaria	Data publicação	Capacidade instalada	Prazo de duração
Nº 218	26/05/2014	20MW médio ¹	35 anos

O Ministério de Estado de Minas e Energia, autorizou a alteração da Portaria acima citada, referente ao sistema de conexão e as características técnicas dos aerogeradores, com nova capacidade instalada de 17,9 MW¹, homologadas pela Resolução Autorizativa ANEEL n.º 5.397, de 11 de agosto de 2015.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A emissão das demonstrações financeiras foram autorizadas pela diretoria executiva em 03 de abril de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto

reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo, de acordo com a expectativa de vida útil estimada pela administração, são as seguintes:

Edificações, obras civis e benfeitorias	34 anos
Máquinas e equipamentos	23 anos

(iii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

b. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. Os intangíveis da Companhia possuem vidas úteis definidas com base nos contratos de autorização.

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

d. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são

medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

f. Reconhecimento da receita de venda de energia e serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos e dos eventuais descontos e contribuições incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; (v) e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros ativos decorrente de direitos da Companhia e desconto recebido sobre negociações com fornecedores. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

h. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

(i) CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma, quais sejam: identificação do contrato com o cliente, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço da transação e reconhecimento da receita. Através dessa análise preliminar dos impactos estimados em suas demonstrações financeiras, entende que não há impactos significativos, sendo que os impactos reais da adoção das novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

(ii) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- Instrumentos financeiros não derivativos: Empréstimos e recebíveis; e

- Passivos financeiros não derivativos: Outros passivos financeiros.

O risco de crédito é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes.

Dessa forma, com base na sua avaliação preliminar, a Companhia entende que os novos requerimentos de classificação e mensuração não terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(iii) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

5 Caixa e equivalente de caixa

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e depósitos bancários à vista	1	226
Aplicações Financeiras	<u>1.971</u>	<u>691</u>
	<u>1.972</u>	<u>917</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário (CDB) junto ao Banco Bannrisul S.A., cujos rendimentos são 100% do CDI, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e consistem em investimentos de baixo risco, possuindo liquidez diária.

6 Contas a receber

	31.12.2017	31.12.2016
Venda de energia	3	26
Provisão de venda de energia	<u>1.131</u>	<u>991</u>
	<u>1.134</u>	<u>1.017</u>

O saldo de contas a receber de dezembro de 2017 é composto basicamente pelas provisões de venda de energia, que serão faturadas apenas em janeiro de 2018.

7 Tributos a recuperar

	31.12.2017	31.12.2016
Imposto de renda retido na fonte	129	92
PIS a recuperar	-	9
Cofins a recuperar	-	35
COSIRF pago indevidamente	-	5
IRRF a compensar s/ faturamento	159	48
CSLL a compensar s/ faturamento	<u>139</u>	<u>40</u>
	<u>427</u>	<u>229</u>

8 Despesas pagas antecipadamente

Refere-se a valores de Seguro Responsabilidade Civil e Risco Operacional a ser apropriado mensalmente como despesa durante o exercício corrente e Adiantamento a General Electric referente a serviços de O&M.

9 Outros créditos

Compreende valor a ser ressarcido pelo fornecedor Stk Sistemas do Brasil Ltda devido ao pagamento do seguro responsabilidade civil.

10 Depósitos vinculados

Refere-se aos Investimentos de fundos referenciados ao Depósitos Interfinanceiro (DI).
Constituindo-se uma reserva para amortizações das dívidas obtidas em empréstimos com o BNDES e BRDE, em moeda nacional.

11 Tributos diferidos

	Base	IRPJ	CSLL	Saldo em 31.12.2017	Saldo em 31.12.2016
Prejuízo fiscal	6.138	1.535	552	2.087	2.074
Despesas pré-operacionais	512	128	46	174	439
Impairment	<u>27.160</u>	<u>6.790</u>	<u>2.444</u>	<u>9.234</u>	<u>12.590</u>
	<u>33.810</u>	<u>8.453</u>	<u>3.042</u>	<u>11.495</u>	<u>15.103</u>

A Companhia constituiu créditos fiscais devido reconhecimento de IRPJ e CSLL diferidos sobre o prejuízo fiscal e diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais acumulados.

12 Imobilizado

Abaixo segue a movimentação do imobilizado no período de 31/12/2016 a 31/12/2017:

Em curso	Saldos em 31.12.2016	Aquisições	Transferências	Depreciação	Reversão Impairment	Saldos em 31.12.2017
Geração						
Edificações e benfeitorias	2.635	235	-	-	-	2.870
A ratear	120	-	-	-	-	120
Estudos e projetos	9	-	-	-	-	9
Em serviço						
Geração						
Servidões	32	-	-	-	-	32
Terrenos	20	-	-	-	-	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.368	-	-	-	-	1.368
Maquinas e equipamentos	90.399	-	(237)	-	-	90.162
(-) Impairment	(37.028)	-	-	-	9.868	(27.160)
(-) Depreciação	(4.959)	-	-	(4.158)	-	(9.117)
(-) Reversão de Crédito PIS/COFINS	(237)	-	237	-	-	-
Administração						
Móveis e utensílios	24	-	-	-	-	24
(-) Depreciação	(8)	-	-	(4)	-	(12)
	<u>52.375</u>	<u>235</u>	<u>-</u>	<u>(4.162)</u>	<u>9.868</u>	<u>58.316</u>

Abaixo segue a movimentação do imobilizado no período de 31/12/2015 a 31/12/2016:

	Saldos em 31.12.2015	Aquisições	Baixa	Transferências	Depreciação	Provisão Impairment	Saldos em 31.12.2016
Geração							
Terrenos	21	-	-	(21)	-	-	-
Edificações e benfeitorias	5.976	2.871	(236)	(5.976)	-	-	2.635
Maquinas e equipamentos	67.743	21	-	(67.764)	-	-	-
A ratear	6.361	408	(211)	(6.438)	-	-	120
Estudos e projetos	3.016	9	-	(3.016)	-	-	9
Tributos	590	122	(67)	(645)	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	7.959	-	-	(7.959)	-	-	-
Em serviço							
Geração							
Servidões	-	-	-	32	-	-	32
Terrenos	-	-	-	20	-	-	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	1.368	-	-	1.368
Maquinas e equipamentos	-	-	-	90.399	-	-	90.399
(-) Impairment	(22.631)	-	-	-	-	(14.397)	(37.028)
(-) Depreciação	(1.087)	-	-	-	(3.872)	-	(4.959)
(-) Reversão de Crédito PIS/COFINS	-	(237)	-	-	-	-	(237)
Administração							
Móveis e utensílios	22	2	-	-	-	-	24
(-) Depreciação	(4)	-	-	-	(4)	-	(8)
	<u>67.966</u>	<u>3.196</u>	<u>(514)</u>	<u>-</u>	<u>(3.876)</u>	<u>(14.397)</u>	<u>52.375</u>

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações. Em 31 de março de 2016 foi realizada a transferência do Ativo Imobilizado em Curso para o Ativo Imobilizado em Serviço conforme Resolução 674/2015 ANEEL.

Impairment (CPC 01 (R1))

Durante o exercício de 2017, em função da desconstratação dos contratos de CCEAR's e adesão ao MCSD, a Companhia realizou a reavaliação das premissas de receita da sua unidade geradora de caixa (UGC) quanto aos aspectos do impairment. O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

Principais premissas adotadas:

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de desconto para o fluxo de caixa	6,54% pós-tax	6,26% pós-tax
Preço da receita	De acordo com os contratos de MCSD e PPAs Vigentes a partir de 2018	De acordo com os contratos de CCEAR e PPAs vigentes a partir de 2017
Pis e Cofins	9,25% sobre a receita bruta	9,25% sobre a receita bruta
Depreciação	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro dos parques	Orçamento financeiro dos parques
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das autorizações	Prazos das autorizações

Como resultado, em 2017 foi efetuada uma reversão do impairment no Ativo Imobilizado no valor de R\$9.868. Este valor decorreu principalmente devido a desconstratação dos contratos CCEARs e adesão ao MCSD, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

13 Intangível

	31.12.2017	31.12.2016
Cessão de direitos - Renobrax	4.075	4.075
(-) Amortização cessão de direitos	(292)	(171)
Outros	1	1
	3.784	3.905

Refere-se aos direitos relativos aos projetos de exploração do parque Chui 09 adquirido da Renobrax Energias Renováveis Ltda. A amortização dos direitos de exploração, iniciou a partir do momento da entrada em operação, com base no prazo remanescente dos contratos de autorização.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui o saldo de R\$ 5.756, referente ao saldo remanescente a pagar a Renobrax Energias Renováveis, em função da compra dos projetos de exploração eólica. Os valores devidos são atualizados pelo IPCA acrescidos de juros de mora e demais penalidades previstas no contrato até a sua efetiva liquidação. (vide nota explicativa nº 17).

14 Fornecedores

	31.12.2017	31.12.2016
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	53	53
Iecila - Ind., Com. e Contrucoes Ibage Ltda	-	1.217
Eolica Hermenegildo I S.A.	11	6
GE Water e Process Technologies do Brasil Ltda	-	1.410
Outros epecistas	96	67
Arrendamentos	38	95
	<u>198</u>	<u>2.848</u>

15 Tributos a recolher

	31.12.2017	31.12.2016
Imposto de renda retido a pagar	7	11
Retenções IN RFB 1.234/2012	46	45
INSS retido PJ	-	9
PIS	27	9
ISS	-	-
Cofins	140	38
	<u>220</u>	<u>112</u>

16 Empréstimos e financiamentos

	31.12.2017	31.12.2016
Empréstimo - BNDES	28.429	30.532
Encargos da dívida	1.932	1.576
Empréstimos - BR DE	12.471	13.307
Encargos da dívida	841	771
Custos a apropriar sobre empréstimos	(928)	(991)
	<u>42.745</u>	<u>45.195</u>
Circulante	5.529	5.210
Não Circulante	37.216	39.985

Foi firmado, no dia 14 de janeiro de 2016, contrato de financiamento direto junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme descrito abaixo:

Subcrédito	D1	D2
Valor total do crédito (R\$)	16.096.000,00	15.465.000,00
Sistema de Amortização	192 parcelas	192 parcelas
Taxa de juros final	TJLP + 2,02% a.a.	TJLP + 2,02% a.a.
Data da amortização	15 de julho de 2016	
Finalidade	Implantação do Complexo Eólico Hermenegildo	

Os subcréditos D1 e D2 foram recebidos em 18 de janeiro de 2016, no valor bruto de R\$ 16.096 e 15.465, respectivamente. Sobre o principal da dívida decorrente dos subcréditos D1 e D2, incidirão juros à taxa de 2,02% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada

pelo Banco Central do Brasil. Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder será capitalizado, incorporando-se ao principal.

Em 27/12/2017, o BNDES anuiu com a descontração dos CCEARs, a transferência da totalidade das ações da Eletrosul à Eletrobras e alteração das taxas de juros do contrato de TJLP + 2,02% a.a. para TJLP + 4,19% a.a.. Em decorrência disso, está em processo de assinatura o 1º aditamento ao contrato de financiamento, onde o BNDES reprecificou o contrato.

Foi firmado, no dia 7 de janeiro de 2016, contrato de financiamento indireto junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, conforme descrito abaixo:

Crédito	D
Valor total do crédito (R\$)	13.758.000,00
Sistema de Amortização	192 parcelas
Taxa de juros final	TJLP + 3,40% a.a.
Data da amortização	15 de julho de 2016
Finalidade	Implantação do Complexo Eólico Hermenegildo

Sobre o principal da dívida, incidirão juros à taxa de 3,40% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder será capitalizado, incorporando-se ao principal.

Em 28/12/2017, o BRDE anuiu com a descontração dos CCEARs, a transferência da totalidade das ações da Eletrosul à Eletrobras e alteração das taxas de juros do contrato de TJLP + 2,02% a.a. para TJLP + 4,19% a.a.. Em decorrência disso, está em processo de assinatura o 1º aditamento ao contrato de financiamento, onde o BRDE reprecificou o contrato.

Covenants

Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2017.

Está previsto na minuta do 1º aditamento ao contrato de financiamento junto ao BNDES e BRDE, em negociação, que a partir de 2018, a Companhia deverá manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado entre as empresas Hermenegildo I, II, III e Chuí IX, apurado anualmente, igual ou superior a 1,3 vezes.

Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três meses de serviço da totalidade da dívida e três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES.

17 Credores diversos

	31.12.2017	31.12.2016
Cessão de direitos a pagar - Renobrax	5.756	5.071
Depósitos a identificar	-	1
Provisão Gratificação Natalina	9	-
Provisão compra de energia	-	69
	<u>5.765</u>	<u>5.141</u>

Cessão de direitos a pagar - Renobrax

Refere-se aos valores a pagar à Renobrax Energias Renováveis Ltda., pela Cessão e Transferência de Bens e Direitos em caráter irrevogável, irretratável e incondicional a Eólica Chuí IX S.A., a totalidade de 01 (um) parque eólico denominado “Chuí 09”, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Em 08 de fevereiro de 2017, em resposta a notificação recebida da Renobrax cobrando os valores devidos, a Companhia se manifestou informando que há divergência dos valores pleiteados em função de discussão a respeito dos montantes referentes à cobrança de juros, multa e atualização monetária. Informou também que, quando concluída a revisão dos cálculos, seria apresentada proposta formal para negociação da dívida.

A Renobrax ingressou com ação de execução contra a Eletrosul Centrais Elétricas S.A., controladora da SPE à época, referente ao Contrato de Cessão e Transferência de Bens e Direitos. A Eletrosul, por sua vez, opôs embargos à execução, apontando a existência de excesso de execução nos cálculos apresentados pela Renobrax em razão de divergências no tocante aos juros, multas e correção monetária.

O processo encontra-se em tramitação judicial e, paralelamente, têm havido tratativas negociais entre Renobrax, Eletrosul e Eólica Chuí IX S.A..

Ainda que haja divergência a respeito das premissas para cálculo dos valores devidos, o valor apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia contempla o previsto em contrato (multa, juros e atualização monetária), considerando todas as cláusulas contratuais na sua integralidade.

Todavia, em eventual decisão judicial, acordo judicial ou extrajudicial entre as partes envolvidas, os valores de liquidação podem ser diferentes dos apresentados nessas demonstrações financeiras.

18 Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR

A geração de energia dos parques eólicos que estavam em operação durante os exercícios anteriores, e primeiro trimestre de 2017, foram inferiores aos volumes previstos no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido à ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste exercício. Devido ao fato supracitado a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto a CCEAR a ser liquidado nos exercícios subsequentes. O montante de R\$ 656 (R\$ 240 em 31 de dezembro de 2016) registrado no passivo circulante refere-se aos desvio negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes conforme cláusula do referido contrato apurado ao final do ano contratual. O montante de R\$ 1.074 (R\$ 717 em 31 de

dezembro de 2016) registrado no passivo não circulante refere-se aos ressarcimentos que estão na faixa de tolerância, acima de 90%, de geração serão ressarcimentos do final do primeiro quadriênio.

Vale ressaltar que, conforme mencionado na nota explicativa 1, os contratos firmados no ambiente regulado (CCEARs) foram suspensos de abril a dezembro de 2017 e serão rescindidos a partir de janeiro de 2018 de forma permanente. Sendo assim, 100% da energia disponível vem sendo comercializada no mercado livre, através de leilões privados promovidos pela Companhia, não havendo mais o risco de ressarcimento por geração reduzida previsto nos contratos firmados no ACR, descontinuados a partir de abril de 2017.

19 Adiantamento para futuro aumento de capital

Até 31 de dezembro de 2017 a Companhia recebeu o montante de R\$ 2.723 referente a adiantamento para futuro aumento da capital da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., os quais foram transferidos para Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (R\$ 2.105 em 31 de dezembro de 2016). Tais valores estão classificados no passivo, pois podem ser devolvidos ao acionista.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, as 49.902 ações ordinárias não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertence a acionistas domiciliados no país.

O capital social é formado por ações ordinárias que encontram-se totalmente subscrita e integralizadas, como demonstrado a seguir:

	31.12.2017			31.12.2016		
	Ações	%	Valor	Ações	%	Valor
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	49.897	99,99	49.897
Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A	49.897	99,99	49.897	-	-	-
Renobrax Energias Renováveis	5	0,01	5	5	0,01	5
	<u>49.902</u>	<u>100</u>	<u>49.902</u>	<u>49.902</u>	<u>100</u>	<u>49.902</u>

Em 29 de dezembro de 2017, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foram transferidos 100% das ações da acionista Eletrosul Centrais Elétricas S.A. à Eletrobras Centrais Elétricas Brasileiras S.A., através de Termo de Transferência de Ações.

21 Receita operacional líquida

	31.12.2017	31.12.2016
Receita operacional bruta	13.341	9.146
(-) Deduções da receita bruta		
PIS não-cumulativo	(220)	(151)
Cofins não-cumulativo	(1.014)	(695)
(+/-) Provisões		
Provisão venda de energia	139	991
Reversão ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	(772)	(2.069)
	<u>7.222</u>	<u>7.222</u>

11.474

Provisão ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR

O montante contabilizado em 31 de dezembro de 2017 refere-se a provisão de ressarcimento CCEAR, calculada até o momento da desconstrução, que ocorreu em 31 de março de 2017, referente aos valores relacionados à baixa geração de energia no período.

22 Custos de operação

	31.12.2017	31.12.2016
Limpeza e conservação	(2)	(1)
Meio ambiente	(19)	(16)
Vigilância dos parques	(76)	(68)
Serviços de terraplanagem	-	(34)
Manutenção do parque - GE	(13)	-
Comissão carta fiança	(5)	-
Reparos em aerogeradores	(8)	-
Energia comprada para revenda	(1.419)	(574)
O&M - GE (aerogeradores)	(262)	(308)
O&M - Eletrosul (Instalações de transmissão)	(129)	(153)
O&M - Messtechnik (Estações Anemométricas)	(76)	-
Encargos de uso do sistema de transmissão (EUST)	(676)	(629)
Taxa de fiscalização ANEEL	(47)	(50)
Arrendamentos - Direito de Uso de Terras	(205)	(182)
Liquidação Contabilização Resultado Negativo-CCEE	(203)	(57)
Depreciação	(4.159)	(3.872)
Amortização	(121)	(121)
Outros	-	(196)
	<u>(7.420)</u>	<u>(6.261)</u>

23 Serviços de terceiros

	31.12.2017	31.12.2016
Serviços administrativos, contábeis, financeiros e jurídicos	(280)	(141)
Publicações legais	(36)	(33)
Auditoria externa	(18)	(18)
Outros	(6)	(18)
	<u>(340)</u>	<u>(210)</u>

24 Receitas e despesas financeiras

	31.12.2017	31.12.2016
Rendimentos de aplicação financeira	34	185
Provisão rendimentos de aplicação financeira	195	-
Receita de juros e multas recebidas	460	-
Desconto obtido	1.410	-
Reversão de provisão com juros	1.836	-
PIS/COFINS s/ receitas financeiras	(91)	-
Outras receitas financeiras	53	67
Receitas financeiras	3.897	252
Despesas bancárias	(170)	(12)
IOF	-	-
Multa e juros de mora	(847)	(193)
Encargos s/ empréstimos - BNDES	(2.780)	(2.924)
Encargos financeiros - Debêntures	-	(336)
Encargos s/ empréstimos - BRDE	(1.395)	(1.424)
Custos de empréstimos apropriados	(64)	(64)
Variação Cambial	-	(1.204)
Provisão de juros	(824)	(1.011)
Encargos s/ cessão de direitos - Renobrax	(685)	(728)
Despesas financeiras	(6.765)	(7.896)
Resultado financeiro	(2.868)	(7.644)

25 Contingências

Até 31 de dezembro de 2017, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi cosnstituída.

26 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	31.12.2017		31.12.2016	
	Empréstimos recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.972	-	917	-
Depósitos vinculados	2.129	-	1.869	-
Outros créditos	119	-	220	-
Passivos financeiros				
Contas a pagar de fornecedores	-	198	-	2.848
Empréstimos e financiamentos	-	42.745	-	45.195
Credores diversos	-	5.765	-	5.141
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-	2.723	-	2.105

b. Valor de mercado dos instrumentos financeiros - Valor justo

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores justos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

c. Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de índices flutuantes

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre suas aplicações financeiras, saldo a pagar a Renobrax e empréstimos e financiamentos sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2017, foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo de sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e índices do cenário previsto para 31/12/2017. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerados no cenário possível.

	Saldo em 31.12.2017	Exposição	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	1.971	CDI 9,93%	2.167	2.709	3.250
Depósitos vinculados	2.129	CDI 9,93%	2.340	2.925	3.510
Renobrax a pagar	(5.757)	IPCA 2,95%	(5.927)	(7.409)	(8.891)
Empréstimos e financiamentos	(42.745)	TJLP 7,00%	(45.737)	(57.171)	(68.606)

27 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

31.12.2016

Integralização de capital com AFAC (a)

45.077

- (a) A companhia utilizou parte do adiantamento para futuro aumento de capital existente em 2015, para integralizar capital em 2016.